



# Reportagem

O *Lua Nova* é um dos 30 barcos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde cujos armadores alegam prejuízos

ADRIANO MIRANDA



## Estado foi ao mar procurar petróleo sem cuidar da pesca

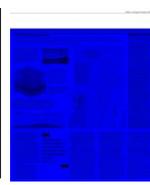
Uma extensa área de costa foi interdita à pesca para que uma empresa fizesse prospecção de petróleo. Os pescadores denunciam a “falta de respeito” do Governo

### Abel Coentrão

● Há um vendaval de mal-estar na voz de muitos pescadores do Norte do país, que estiveram quase para entrar Lisboa adentro na passada sexta-feira, exigindo do Governo compensações pelos dias de pesca perdidos entre 16 de Julho e 21 de Agosto. Nesse período, a subsidiária portuguesa da Mohave Oil and Gas realizou uma aquisição de dados sísmicos, tarefa que antecede a prospecção de petróleo, numa extensa área de costa, ao largo do cabo Mondego. O país até pode vir a ganhar com o que ali vier a ser descoberto, mas, para já, contam-se os prejuízos de quem, ao longo de mais de um mês, foi impedido de trabalhar na zona. Na terça-feira, o secretário de Estado do Mar tentará acalmar esta tempestade, estudando com associações do sector formas de minimizar os danos.

Informado pelo PÚBLICO do

agendamento desta reunião, na passada quarta-feira, o mestre José António Craveiro suspirou de alívio. Na verdade, não estava nada interessado em perder um dia de trabalho, enfiar os homens do *Craveiro Flores* numa carrinha e gastar gásóleo para se manifestar em Lisboa. “Se fosse preciso, iam, mas com as coisas como estão, ia ser mais um prejuízo”, contabiliza este homem de 32 anos, de Caxinas, Vila do Conde, que, como outros conterrâneos e vizinhos da Póvoa de Varzim, trabalha a partir do porto de Aveiro, pescando nas águas mais a sul. Olhando apenas para um cais, as siglas PV ou VC das matrículas do *Daniela Sofia*, *Lua Nova*, *Hugo Ricardo*, *Parceiro Iolanda* ou *Ajudado por Deus* permitem perceber como é comum esta opção de vida que colocou mestres e pescadores no centro de um conflito com o Estado. Só do Norte do país serão 30 os barcos afectados, responsáveis por 500 postos de trabalho. Mas, de



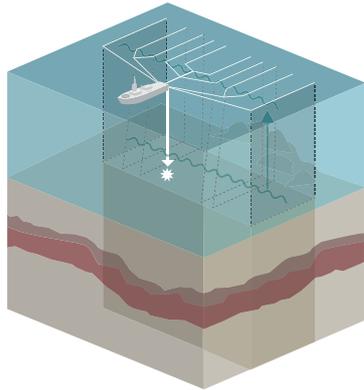
**Cinco Semanas a mapear o mar**

A trabalhar em Portugal desde 1993, a Moahve Oil and Gas detém cinco concessões no nosso país e realizou, entre 16 de Julho e 16 de Agosto um levantamento de sísmica em 3D ao largo do cabo Mondego, para perceber que áreas, potencialmente, poderão ter petróleo .

O navio utilizado, o WG Vespucci, arrastava ao longo da zona de prospecção um set de dez cabos equipados com 480 sensores cada um, com um comprimento total de seis quilómetros. Os cabos estavam separados cem metros entre si, ocupando assim uma faixa de um quilómetro de largo.



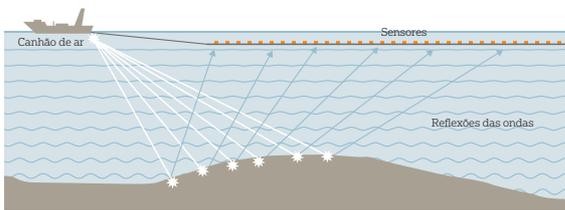
WG Vespucci



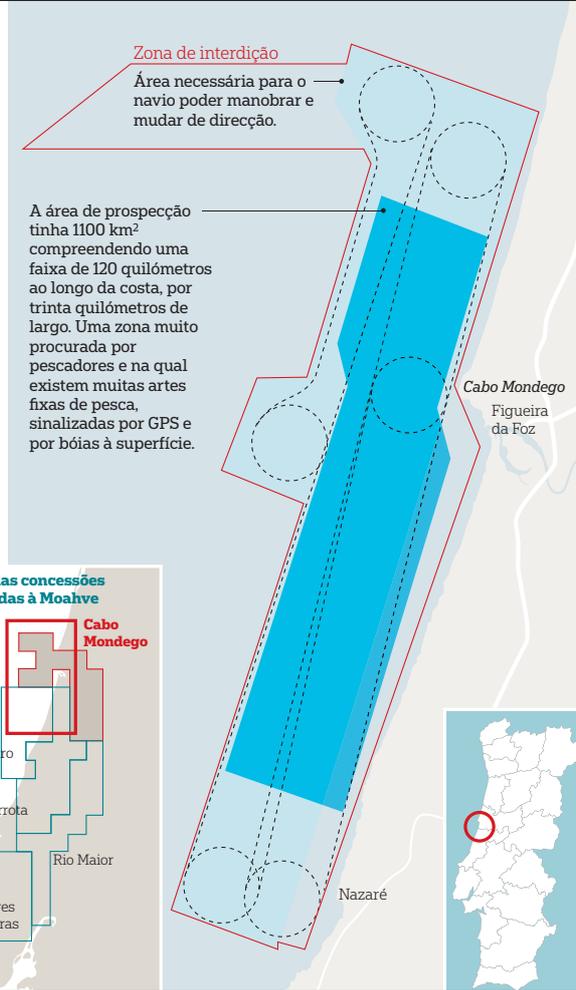
Para o bom funcionamento dos sensores, os primeiros dez metros de fundo da coluna de água tinham de estar libertos de objectos de maiores dimensões, o que implicou o corte das boias de sinalização das artes de pesca.

A recolha de dados era feita pelo disparo de canhões de ar em direcção ao fundo do mar, que geram ondas sonoras.

As reflexões das ondas são captadas pelos sensores instalados nos cabos, e são estes dados, tratados informaticamente, que permitem mapear o tipo de subsolo existente a quilómetros de profundidade, bem como as bolsas onde possa haver petróleo. Será nestas, no futuro, que a empresa fará sondagens, através de furos.



Fonte: Moahve Oil and Gas, Capitania do Porto da Figueira da Foz



Mapa das concessões atribuídas à Moahve



**Missão "correu bem"**

Mohave pagou apoio de pescadores na pesquisa

Tirando as más condições de mar dos primeiros dias e alguns problemas com artes de pesca, o director-geral da filial portuguesa da norte-americana Mohave Oil and Gas mostrou-se satisfeito com a forma como decorreu a operação de aquisição de dados sísmicos, necessário para mapear tridimensionalmente o subsolo na costa entre Mira e a Nazaré. Arlindo Alves assume que "os dados têm boa qualidade", o que permitirá à empresa identificar melhor as áreas onde poderá (ou não) haver petróleo e nas quais ocorrerão a sondagens para o verificar. O gestor agradeceu a colaboração dos pescadores aos quais pretende entregar 150 mil euros de um "fundo social", e explicou que, seguindo a política da empresa, estes foram envolvidos nos trabalhos, tendo sido contratados seis barcos (três deles de pesca, portugueses), aos quais foram pagos 300 mil euros, no total, para apoiar o navio WG Vespucci. Arlindo Alves explica que a escolha dos barcos dependeu de critérios apertados, mas o facto é que este gesto da empresa acabou por gerar tensões entre armadores, já que um dos beneficiados com este contrato foi o presidente da Associação de Armadores da Pesca do Norte. José Luís Ribeiro assume que tem ouvido críticas pela sua opção, mas nota que nunca deixou de "estar ao lado" dos seus associados, defendendo que eles devem ser ressarcidos dos prejuízos que tiveram entre 16 de Julho e 21 de Agosto.

outros portos mais a sul, chegaram à Direcção-Geral das Pescas mais listas de embarcações alegadamente afectadas, elevando para mais de cem o número de queixosos. Contudo, a Secretaria de Estado do Mar considera que nem todos terão razão para se lamentar e, isso é certo, o nível de prejuízo de cada um é diferente, dependendo do tipo de pesca a que se dedica. Se para quem trabalha com redes foi mais fácil acatar a proibição, largando-as noutras áreas da costa, para quem tem nas artes de calado o seu modo de vida, a impossibilidade de aceder às artes espalhadas pelos fundos da zona em causa acabou por se tornar num problema.

"Não estamos contra o interesse nacional. Houve foi uma falta de respeito pelo trabalho das pessoas", queixa-se o secretário executivo da Associação de Armadores da Pesca do Norte (AAPN), Duarte Sá. A corroborar a ideia, José António argumenta

**“ Não estamos contra o interesse nacional. Houve foi falta de respeito pelo trabalho das pessoas Duarte Sá**

que "a prospecção deveria ter sido anunciada meses antes, para as pessoas se prepararem". Mas tal não aconteceu. Segundo a AAPN, a primeira indicação de que a Mohave se preparava para fazer a leitura do subsolo marinho surgiu num e-mail da Direcção-Geral das Pescas a 3 de Junho, tendo-se seguido, a partir de 16, ou seja, um mês antes do início da operação, reuniões preparatórias nas quais, desde logo, os representantes dos pescadores foram alertando para a necessidade de definir compensações para quem ficasse impedido de trabalhar. E nas quais, também, perceberam que, da parte do Estado, não tinham sido acauteladas verbas para esse efeito.

A ordem era para retirar todas as redes de uma faixa de mar de dez milhas de largo entre Mira e a Nazaré. E quem deixasse as artes de calado no local, teria de cortar as respectivas bóias de sinalização, já que estas prejudicariam a recolha de dados a partir do navio

WG Vespucci. Perante a insatisfação dos pescadores, diaws antes do início da operação ficou acordado que a zona seria dividida em três áreas, interditadas à pesca por períodos distintos. Mas a última semana coincidiu com um período de mau tempo, o que acabou por impedir que muitos se fizessem ao mar para, mesmo a contragosto, cumprirem a ordem plasmada numa portaria e em editais da Capitania da Figueira da Foz.

Em resultado disso, pelo menos oito armadores foram notificados por terem desrespeitado a portaria e os editais, contabiliza o comandante do Porto da Figueira, Rui Cebolas Amado, que promete "bom senso" na análise dos processos de contra-ordenação. De resto, este capitão-de-fragata até considera que "tudo correu muito bem", tendo em conta a quantidade de agentes envolvidos (a navegação comercial também sofreu constrangimentos) e a dimensão da área em causa.

Rui Amado minimizou o impacto da operação da Mohave na pesca, e diz que muitos armadores não quiseram foi tirar os aparelhos da zona abrangida, com receio de que, terminada a operação, outros lhes ocupassem os seus sítios de pesca favoritos. Terá alguma razão. "Mas aquela zona é tão grande, há tanta gente a trabalhar ali que, se saíssemos todos, haveria congestionamento de barcos a pescar noutro lugar, e todos perderíamos", responde, em Aveiro, José António Craveiro, que, nas suas contas, diz não se lembrar de um Agosto tão fraco.

A seu lado, outro caxineiro, Luís Miguel Bicho, de 34 anos, saltou do Lua Nova para falar de três mil euros em artes danificadas. O GPS ainda os ajuda, mas não lhes diz por onde anda o peixe que, espantado pela reverberação dos canhões de ar disparados pelo WG Vespucci, demorou alguns dias a regressar.



**Portugal**  
**Estado autorizou busca**  
**de petróleo sem cuidar**  
**dos pescadores Págs. 14/15**

